



Esta obra possui uma Licença

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)



<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/14788>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v17i29.14788>

Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 17 | N. 29 | Jul-Dez, 2023, pp. 293-306

Submissão: 10/07/2023 | Aprovação: 10/11/2023



AS MEDIAÇÕES DA EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO ENSINO MÉDIO EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

MEDIATIONS RELATED TO EDUCATION POLICY MATERIALIZATION WITHIN HIGH SCHOOL ACROSS CITIES IN PARÁ STATE

Daniele de Souza PINHEIRO

Universidade Federal do Pará¹

Grazielly Kerén Vasques MORAES

Universidade Federal do Pará²

Rayana Barros da SILVA

Universidade Federal do Pará³

Afonso Welliton de Sousa NASCIMENTO

Universidade Federal do Pará⁴

Resumo: O presente artigo tem como objetivo investigar o papel das políticas educacionais e da escola de Ensino Médio em municípios do Baixo Tocantins e do Vale do Acará, no estado do Pará. Os territórios sob análise apresentam particularidades que permitem compreender a materialização das políticas na realidade paraense. Por meio da pesquisa bibliográfica e de dados oficiais sobre as escolas dessas localidades, pudemos identificar que as ações para a última etapa da Educação Básica têm sido historicamente balizadas por fatores como a filantropia, protelação, fragmentação e improvisação. Considerando o período de 2015 a 2021, é possível ver como esses elementos impactam nos índices desses municípios, uma vez que são alterados de modo lento e não demonstram continuidade de ação pública capaz de tornar as escolas atrativas e garantir estruturas adequadas, para que assim o jovem do Ensino Médio possa ter condições reais de acesso e permanência.

Palabras-chave: Políticas Educacionais. Ensino Médio. Territórios paraenses.

Abstract: This paper aims at inquiring the role played by education policy and high school in cities across the Lower Tocantins and Acará Valley regions, in Pará state, Brazil. Those very territories under scrutiny present peculiarities which allow one to understand how such policies are materialized in Pará state reality. Through bibliographical research an official data about schools situated in said cities, it was identified that historically actions targeting the Basic Education last stage were based on factors such as philanthropy, delays, fragmentation and impromptu acts. Regarding 2015 to 2021, it is visible how those elements had impacted in municipal indexes, as they had been altered at a rather slow pace and had not demonstrated a public action continuity capable of making schools attractive and of guaranteeing proper structures, so that the youth enrolled in High School could have had actual chances of access and permanence.

Keywords: Education policy. High school. Pará state territories.

¹. Graduanda do curso de Licenciatura em Letras. bolsista PIBIC/UFPA. *E-mail:* danieledesouza293@gmail.com

². Graduanda em Educação do Campo com habilitação em Ciências Sociais e Humanas. *E-mail:* graziellyvasques72@gmail.com

³. Mestranda no programa de Cidades: Territórios e Identidades (PPGCITI), Universidade Federal do Pará. *E-mail:* rayanabarro18@gmail.com

⁴. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidade (PPGCITI). *E-mail:* afonsosn@ufpa.br

INTRODUÇÃO

A educação se configura como um instrumento essencial para a formação do pensamento crítico, uma vez que possibilita ao sujeito conhecer, compreender, resistir e lutar por seus direitos, algo que a torna imprescindível para a constituição do homem em sociedade. A esse respeito, é possível fazer eco às ideias de Vale, para quem

A educação é uma das estratégias concretas de acordo com a qual o homem pode se desenvolver plenamente, porque é a partir dela que poderá conseguir outros direitos, como saúde, saneamento, cultura e lazer condizentes com uma realidade de vida digna numa sociedade capitalista (Vale, 2022, p. 25).

Nesse viés, todo ser humano necessita de educação em sentido amplo, em um processo que vai para além do ensino formal da escola. Por exemplo, é necessário que a população-alvo possa identificar-se com o meio no qual está inserida, a fim de que consiga se reconhecer como sujeito(s) de direitos e deveres numa dada sociedade.

O presente texto parte dessa premissa e de resultados da pesquisa de iniciação científica do Projeto PIBIC desenvolvida pelo GEPESEED – Grupo de pesquisa em Sociedade, Estado e Educação: ênfase nos municípios e na educação do campo - desenvolvidos no ano de 2022. O estudo então busca analisar os impactos das políticas educacionais do Pará na formação dos estudantes de Ensino Médio nos municípios de Abaetetuba, Acará, Barcarena, Igarapé-Miri, Moju e Tomé-Açu, nas regiões do Baixo Tocantins e do Vale do Acará. O objeto de estudo principal trata-se da escola pública de Ensino Médio que recebe alunos da periferia da zona urbana e da zona rural, ou seja, almeja-se delinear um panorama sobre as implicações das políticas educacionais para um público específico, o qual historicamente não é beneficiado na lógica de uniformização dos sujeitos.

Na esteira dessas premissas, o artigo tem por objetivo analisar o papel da política educacional, bem como da escola de Ensino Médio nesse espaço formativo. Dessa forma, levamos em conta a ideia neoliberal que fornece as bases das políticas no Brasil desde os anos 1990 e que permaneceu presente nos governos subsequentes até os dias atuais. Resulta relevante, portanto, lançar um olhar mais atento para o processo de ensino na rede pública, na medida em que buscamos mostrar a realidade relativa ao estabelecimento, à estruturação e aos procedimentos das políticas que precisam ser desenvolvidas dentro das escolas.

Considerados como território de encontro, de desenvolvimento de política e construção de cidadania, os municípios tornam-se o referencial para que seja possível compreender a especificidade da dinâmica social do estado paraense. Isto nos levou a problematizar o papel das políticas públicas educacionais voltadas para essa modalidade de ensino, conforme são desenvolvidas no Pará, nas

regiões acima mencionadas. A partir disso, a ideia é compreender qual o seu reflexo na formação dos alunos nos municípios estudados – em interface com a diversidade existente nesses territórios, tanto porque têm demandas e peculiaridades locais, quanto porque sofrem com deliberações exógenas, como as políticas de âmbito federal que se materializam no local.

Dessa forma, o artigo está estruturado em três partes: a introdução, que explicita a configuração do objeto em tela; a seção dos resultados, constituída de reflexões sobre as políticas educacionais voltadas para o Ensino Médio, bem como das análises sobre os dados de matrículas e rendimento dos estudantes dessa etapa educacional; e as considerações finais, com os principais achados dessa incursão inicial sobre o fenômeno problematizado. Percorrendo o caminho de reflexão e análise, fizemos uso da pesquisa bibliográfica e documental, que buscou relacionar os textos trabalhados durante o período de pesquisa ao material relacionado às políticas educacionais, a fim de melhor compreender os conceitos de política, políticas educacionais e Ensino Médio. Sobre esse tipo de incursão, Severino explica:

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos dos textos (Severino, 2007, p. 122).

Severino ressalta ainda que a pesquisa bibliográfica tem como base o estudo de referenciais teóricos já publicados. Desse modo, o presente artigo a realiza na medida em que busca informações por meio de documentos secundários e legislações, com o intuito de reunir dados necessários para o melhor entendimento do tema retratado.

Assim, a pesquisa bibliográfica e documental nos possibilitou analisar as obras de autores como Carneiro (2012), Saviani (2020), Nascimento (2015a, 2015b), Rattner (2000), entre outros. Também foi possível fazer o levantamento documental de legislações em nível nacional, como: a Constituição de 1998; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996; a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Portaria nº 1.570/2017; e o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014. Em nível regional, verificamos haver documentos como a Constituição Estadual do Pará de 1989; o Plano Estadual da Educação (PEE), Lei nº 8.186, de 23 de junho de 2015; além das mensagens do governo estadual no período de 2015 a 2019, referentes à área da educação e com foco no Ensino Médio.

De modo complementar, podemos expressar que realizamos uma pesquisa de cunho qualitativo, visto que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2001, p. 22).

Dessa maneira, buscamos dar protagonismo aos sujeitos, levando em consideração o meio em que estes são apresentados, a fim de melhor entendê-los. Buscamos ainda evidenciar suas opiniões, experiências, atitudes, dando ênfase e respeitando suas particularidades.

Com base nessa perspectiva, coletamos dados do Observatório do Criança Adolescente (FUNDAÇÃO ABRINQ, [20--]), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (BRASIL, 2020) e de outros documentos oficiais que ajudaram compilar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), os números de matrícula, as taxas de aprovação, as taxas de reprovação, as taxas de abandono e as taxas de distorção idade-ano dos estudantes do Ensino Médio, a fim de compreender como as políticas educacionais influenciam e moldam suas realidades.

AS MEDIAÇÕES DA EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL DE ENSINO MÉDIO NO ESTADO DO PARÁ

A política educacional na era contemporânea vem sendo marcada por limitações, a exemplo de como Saviani (2020, p. 2, grifo nosso) explica que “a política educacional brasileira desde o final da ditadura [1985] até os dias de hoje se apresenta com características condensadas nas seguintes palavras: *filantropia, protelação, fragmentação e improvisação*”.

Nesse contexto, a filantropia diria respeito à omissão do Estado em consonância com a ideia do Estado mínimo, de modo que a educação passa a ser um problema da sociedade e do governo, e não um dever do Estado, sendo transformada em questão social a partir de interesses de uma classe dominante. Vale (2022) destaca que a filantropia passa a ser um negócio socialmente lucrativo, porque o setor privado e demais segmentos compartilham com o Estado a forma de fazer política, num processo de subordinação do público ao privado.

A protelação significa o adiamento do combate a um problema, como ocorre ao longo da história da política educacional, em especial, no Ensino Médio. Nossa análise é de que a protelação se reafirma em função das possibilidades de troca de governo a cada quatro no Brasil, o que faz com que as ações não se tornem uma política de Estado.

A fragmentação, por sua vez, é constatada pelas medidas criadas ao longo do tempo e que não tiveram continuidade, tornando-se ineficientes para criar um sistema educacional de qualidade

socialmente referenciada para o país, sobretudo, além do viés dos índices. Com isso, foi sendo fomentada a improvisação, a qual se manifesta na rapidez da resolução de problemas – como se, para cada problema, fosse criado um mecanismo legal específico de solução, não havendo na maior parte dos casos um efeito equivalente, permanente e que observe a totalidade do fenômeno, como na própria política do Ensino Médio brasileiro.

Nessa perspectiva, é possível afirmar que as políticas educacionais brasileiras estão permeadas de fragilidades e incertezas, não sendo eficientes ao ponto de garantir uma educação gratuita, laica e de qualidade, capaz de observar esses princípios constitucionais, que são obrigação do Estado e não somente de cada governo.

Nesse sentido, quando abordamos a educação nas jurisprudências, como a Constituição Federal (Brasil, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), o Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014) e a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), percebemos a responsabilidade do Estado na garantia do acesso e da permanência da população à/na escola. Entretanto, existe uma ampla delimitação do direito, da obrigação do Estado, da política educacional a ser desenvolvida, com o financiamento de educação, o ensino obrigatório, a expansão de educação, o compromisso com a oferta qualitativa de educação e a responsabilidade solidária da sociedade, aspectos que perpassam por mediações de sujeitos com interesses particulares.

No estado do Pará, aqui analisado em destaque, a Constituição Estadual de 5 de outubro de 1989, assegura a competência de o Estado/estado proporcionar os meios de acesso à educação. No que tange ao Ensino Médio, foco de análise, o artigo 274, inciso § 5º, prevê que: “É garantida a progressiva universalização do Ensino Médio gratuito” (Pará, 1989). Porém, ao longo da história e, em especial, no interior do Pará, a juventude do estado não teve seus direitos assegurados ou apenas os teve garantidos de forma precária ou por meio da ação de outros grupos, como a igreja católica (Santos, 2022).

Consoante a isso, as *Mensagens do Governo do Pará* nos anos de 2015 a 2020 revelaram uma diferença de perspectiva na política educacional. Isso ocorre porque, de 2015 a 2018, o estado do Pará esteve sob a governança de Simão Jatene (2010-2018), posteriormente assumindo Hélder Barbalho (2019-atual).

Durante esse período, a Educação Básica teve como objetivo a formação com o pleno desenvolvimento da pessoa, sua qualificação para o trabalho e o exercício da cidadania. Um marco do governo foi a criação do Pacto pela Educação. De acordo com a *Mensagem do Governo do Pará à Assembleia Legislativa*, do ano de 2016, esta política educacional tinha como objetivo promover a

melhoria da qualidade da educação, com o intuito de o estado ser referência nacional na transformação da qualidade do ensino público (Pará, 2016).

Sobre o Ensino Médio, a *Mensagem do Governo do Pará* de 2017, estabelece que:

Atenderam em 2015, 320.797 alunos sob a modalidade regular, Sistema Modular de Ensino (SOME), e pela Educação de Jovens e adultos (EJA). No campo da educação profissional, em 2015, foram ofertadas 6.440 vagas em cursos técnicos de nível médio nas modalidades Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Ensino Médio Integrado à Educação de Profissional de Jovens e Adultos (Proeja) e Subsequentes. Com isso, em 2015, se alcançou 22.000 alunos atendidos em 18 escolas tecnológicas localizadas nos municípios de Belém, Benevides, Cametá, Itaituba, Marituba, Monte Alegre, Oriximiná, Paragominas, Salvaterra, Santa Izabel do Pará, Tailândia e Vigia, compreendendo as regiões de integração Guajará, Tocantins, Baixo Amazonas, Rio Capim, Marajó e Guamá (Pará, 2017, p. 102).

Durante a gestão do governador Simão Jatene, a Educação Básica não conseguiu um significativo avanço no que se refere aos números. Diante disso, o estado do Pará teve a mais alta taxa de evasão escolar do Brasil em todas as etapas de ensino, conforme as estatísticas do INEP. No Ensino Médio, somando-se a taxa de estudantes que abandonam a escola ou reprovam no estado, esta estatística chega a 25%. Além disso, o Pará ocupa o penúltimo lugar no *ranking* dos estados no IDEB.

Conforme mostra a Tabela 1, é possível perceber o quanto a média do IDEB no estado é baixa e avança a passos lentos.

Tabela 1 - IDEB do Ensino Médio no estado do Pará

Unidade	Ideb 2005	Ideb 2007	Ideb 2009	Ideb 2011	Ideb 2013	Ideb 2015	Ideb 2017	Indicador de rendimento (P) 2019	Nota Média Padronizada (N) 2019	Ideb 2019	Meta Ideb 2019
Pará	2,8	2,7	3,1	2,8	2,9	3,1	3,1	0,82	4,16	3,4	4,4

Fonte: elaboração própria com base em dados do INEP (Brasil, 2020).

É possível verificar, de acordo com a tabela, que o IDEB no Pará é significativamente baixo. A projeção do IDEB, em 2019, previa que o estado alcançasse a meta de 4.4 no Ensino Médio, mas a realidade foi de 3.4 naquele ano, que deveria ter sido elevado em 1.3, quando comparado com o ano de 2017; somado a isso, houve nesse período a troca de governo pós-eleições de 2018. Assim, fica exposta a necessidade de investir na educação do estado para responder positivamente aos números, que desde os anos 1990 se configuram como o principal mensurador de qualidade.

No ano de 2019, o estado muda de gestão, tendo início o mandato do governador Helder Barbalho. Consequentemente, as políticas educacionais começam a ter mudanças no que se refere ao Ensino Médio. De acordo com as *Mensagens* enviadas à Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), foi possível verificar como a última etapa da Educação Básica passa a ter um caráter técnico, preparando o aluno para o mercado de trabalho. Nesse cenário, a formação em tempo integral passou a ser pauta

da discussão, visando um tempo de permanência maior do aluno na escola, garantindo assim – segundo alega essa política – a melhor aprendizagem discente e melhores índices educacionais no estado paraense. Por si só, esse processo revela que as mediações nas políticas educacionais são constantes, dependendo dos sujeitos envolvidos e das correlações de forças.

Um das metas do governo atual para o Ensino Médio foi elevar o estado do Pará ao patamar de primeiro da região Norte no IDEB e no índice de aprovação escolar, bem como ser o último em abandono e reprovação, representando uma mudança significativa no cenário educacional até 2023, em interface com como os princípios da gestão gerencial foram reiterados enquanto foco das ações educacionais,

É inegável que a gestão atual se mostra comprometida em aumentar os índices educacionais do estado, contudo, ainda são preocupantes os altos índices de reprovação e abandono no Ensino Médio. Por outro lado, o IDEB e os números *per se* não podem ser a única meta da gestão, já que a diversidade dos municípios paraenses requer políticas mais eficazes, a fim de que não ocorra sua mercantilização com pretensas soluções salvacionistas, a exemplo de teleaulas, aulas bloqueadas e interferências nos currículos, as quais desconsideram a realidade de ribeirinhos, quilombolas e indígenas, fundamentalmente diferentes de outras identidades e territorialidades no cenário nacional (Vale; Santos, 2022).

A EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL DE ENSINO MÉDIO EM NÍVEL MUNICIPAL

Consultamos e reproduzimos aqui os dados de matrículas e rendimento dos estudantes do Ensino Médio nos municípios paraenses de Abaetetuba, Acará, Barcarena, Igarapé-Miri, Moju e Tomé-Açu, no período que compreende os anos de 2015 a 2021. Fazemos esse movimento tendo em vista lançar luz sobre o atendimento dos sujeitos do Ensino Médio na realidade dos municípios estudados, na medida em que é indicador de como se efetiva a formação para os estudantes dessa etapa de ensino.

Tabela 2 - Número de matrículas do Ensino Médio, segundo dependência administrativa

Localidade	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Abaetetuba	27.528	27.230	27.067	26.935	26.749	26.368	26.247
Acará	13.790	13.089	13.263	13.335	13.154	12.739	12.970
Barcarena	21.765	21.880	21.801	21.921	21.776	21.730	21.836
Igarapé-Miri	13.933	13.876	13.814	13.658	13.634	13.356	13.395
Moju	17.051	16.800	16.479	16.082	15.707	15.423	15.517
Tomé-Açu	14.708	15.077	14.615	14.628	14.399	14.199	14.094

Fonte: Observatório da Criança e do Adolescente (FUNDAÇÃO ABRINQ, [20--], on-line).

A partir dos dados apresentados na Tabela 2, é possível observar que o número de matrículas no Ensino Médio no município de Abaetetuba vem diminuindo desde o ano de 2015 até o ano de 2021, o que revela uma digressão preocupante, já que é um dos mais populosos do Pará.

Nos municípios de Acará e Barcarena, as taxas de matrículas oscilam desde 2015 até 2021. Considere-se que Acará é município de menor porte, infraestrutura e população, mantendo-se com índices de 13.790 no ano de 2015, enquanto o município de Barcarena, de maior porte industrial e maior população, atingiu 21.765 matrículas em 2015.

Já os municípios de Igarapé-Miri e Moju apresentam queda nos dados de matrículas nos anos de 2015 a 2020, aumentando somente no ano de 2021, em relação ao de 2020 – mesmo assim, sem tanta expressão, quando se analisam as metas de alcance ou pelo menos o padrão de atendimento, que deveria abarcar as ilhas e os ramais, que são localidades distantes das estradas que compõem a diversidade desses territórios.

Enquanto isso, o município de Tomé-Açu aumentou o percentual de matrículas no ano de 2016, sofrendo queda em 2017, ocorrendo novamente um aumento no ano de 2018. Porém, a partir de 2019 até 2021, os dados apresentaram consistente queda.

Tabela 3 - Taxa de reprovação no Ensino Médio (%)

Localidade	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Abaetetuba	6,5	8,2	7,4	4,6	7,1	-	7,8
Acará	9,3	5,8	6,1	15,1	11,9	-	23,9
Barcarena	11	11,6	11,6	7,8	9,5	-	10,8
Igarapé-Miri	11,8	11,6	12,7	7,3	9,8	-	7,4
Moju	9,4	10,9	11,3	7,6	9,1	-	-
Tomé-Açu	10,2	17,6	13,5	9,9	14,4	-	14

Fonte: Observatório da Criança e do Adolescente (FUNDAÇÃO ABRINQ, [20--], on-line).

No município de Abaetetuba, em 2015, a taxa de reprovação obteve a margem de 6,5%, continuou crescente no próximo ano, chegando a 8,2%, diminuiu no ano de 2017 para 7,4%; em 2018, houve o menor índice, com 4,6%, ao passo que, no ano de 2019, a taxa elevou-se para 7,1%. Somente em 2021, ela aumenta para 7,8%, o que revela como, mesmo com a troca de governo estadual, os problemas do Ensino Médio continuaram parecidos.

Em Acará, a taxa inicia o ano de 2015 com o índice de 9,3% de reprovações. No próximo ano, avançou para o maior indicador da tabela, com 51,8%. Os índices então sofreram reduções nos anos seguintes, alcançando o percentual de 23,9% de reprovações em 2021.

O município de Barcarena foi o único que saiu da taxa de reprovação de 11% do ano de 2015 e continuou com o percentual de 11,6% por dois anos seguidos, reduzindo o índice para 7,8%, no ano de 2018, aumentando-o para 9,5% em 2019.

Nos municípios de Igarapé-Miri, Moju e Tomé-Açu, de 2015 a 2021, constatou-se que houve bastantes oscilações nos índices, não sendo possível uma diminuição constante. No caso de Tomé-Açu, a taxa iniciou 2015 com 10,2% e terminou 2021 com 14% de reprovações.

Tabela 4 - Taxa de Abandono no Ensino Médio (%)

Localidade	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Abaetetuba	11	9,0	7,5	8,8	6,0	-	6,5
Acará	27,5	27,9	21,5	11,3	22,7	-	21,6
Barcarena	20,6	14,4	14,2	15,6	14,5	-	15,3
Igarapé-Miri	15,2	12,4	6,6	14	10,7	-	17,3
Moju	13,7	10,9	13,4	14	14,1	-	14,6
Tomé-Açu	20,1	12,2	14,9	13,1	11,1	-	10,9

Fonte: Observatório da Criança e do Adolescente (FUNDAÇÃO ABRINQ, [20--], on-line).

Analisando a taxa de abandono, observou-se que o município de Abaetetuba possui os menores índices em relação aos outros municípios no período de 2015 a 2021, alcançando o menor percentual em 2019, com 6%, o que talvez possa estar relacionado às ações da Secretaria Municipal de Educação e a posteriores reflexos da pandemia de Covid-19 em anos seguintes. Para além disso, Pereira (2020) destaca que há interferências diretas do setor privado na organização da gestão pública municipal, porque a cidade tem realizado parcerias público-privadas ao longo de sua história, ao mesmo tempo em que os índices educacionais estão nas pautas da ação do poder público.

Os municípios de Acará, Barcarena e Igarapé-Miri conseguiram diminuir a taxa de abandono ao longo dos anos, sendo relativamente altas no ano de 2015. Acará atingiu a marca de 27,5% nesse ano, enquanto Barcarena e Igarapé-Miri atingiram respectivamente a taxa de 20,6% e 15,2% no mesmo ano. Em 2021, os municípios de Acará e Barcarena reduziram a taxa de abandono, e Igarapé-Miri a aumentou para 17,3% nesse ano.

Nos municípios de Moju e Tomé-Açu, houve oscilações nos dados em praticamente todos os anos do período estudado. Por exemplo, em 2021, o município de Moju apresentou o maior índice de abandono, alcançando 14,6%; por sua vez, Tomé-Açu apresentou a maior taxa no ano de 2015, atingindo 20,1%, conseguindo diminuí-la no decorrer dos anos, chegando ao patamar de 10,9% em 2021. Desse modo, essa flutuação acaba revelando que as mediações da política de Ensino Médio não possuem um projeto permanente para superar o problema do abandono.

Tabela 5 - Taxa de Aprovação no Ensino Médio (%)

Localidade	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Abaetetuba	82,5	82,8	85,1	86,6	86,9	99,6	85,7
Acará	63,2	66,3	72,4	73,6	65,4	99,9	54,5
Barcarena	68,4	74	74,2	76,6	76	100	73,9
Igarapé-Miri	73	76	80,7	78,7	79,5	100	75,4
Moju	76,9	78,2	75,3	78,4	76,8	99,7	85
Tomé-Açu	69,7	70,2	71,6	77	74,5	99,8	75,1

Fonte: Observatório da Criança e do Adolescente (FUNDAÇÃO ABRINQ, [20--], on-line).

A Tabela 5 apresenta os dados sobre a taxa de aprovação, demonstrando inicialmente que o maior número de alunos aprovados se encontra no município de Abaetetuba, o qual alcançou a taxa de 82,5% em 2015. No decorrer dos anos, o percentual apenas aumentou e, em 2020, chegou ao patamar de 99,6%. Por outro lado, os percentuais de aprovados no município de Acará variaram, com a menor taxa no ano de 2015 atingindo 63,2%, com elevação da margem percentual nos três anos seguintes e sua diminuição para 54,5% no ano de 2021. Geograficamente, trata-se de territórios próximos e com característica similares quanto a seus públicos, os quais, no entanto, sofrem de formas diferentes com as mediações das políticas, como destaca Saviani (2020).

Outro município que apresentou mudanças no decorrer de sete anos é Moju, que inicia o ano de 2015 com o percentual de 76,9%, crescendo no ano seguinte para 78,2%, e diminuindo para 75,3% no ano de 2017. Posteriormente, apresentou oscilações nos anos de 2018 a 2020, diminuindo o percentual para 85% em 2021. Os outros municípios – isto é, Barcarena, Igarapé-Miri e Tomé-Açu – demonstraram aumento dos percentuais durante o período estudado.

É importante ressaltar que, durante o ano de 2020, a pandemia do COVID-19 impossibilitou o contato do aluno com a sala de aula, levando a adequações em todo o sistema educacional de ensino. Com isso, as aulas pararam em algumas escolas, enquanto outras instituições aderiram ao sistema híbrido de ensino, através de aulas remotas ou utilizando materiais impressos, a exemplo de apostilas com exercícios.

Em face desse cenário, a recomendação do Conselho Nacional de Educação foi evitar as reprovações. Por esse motivo, no ano de 2020, a tabela apresenta os maiores indicadores para a aprovação de alunos, chegando a atingir o seu percentual máximo nos municípios de Barcarena e Igarapé-Miri.

A taxa de distorção idade-série em Abaetetuba chegou ao seu maior nível no ano de 2015, com 43,1%, diminuindo gradativamente ao longo dos anos. Chegou ao seu menor índice em 2020, com 34,8%, e aumentou o percentual para 36,7% em 2021. Esses dados demonstram que nem todos

os aspectos desse território podem ser compreendidos a partir da análise numérica, já que não há simetria ou proporcionalidade entre distorção e aprovação.

Tabela 6 - Taxa de distorção idade-série no Ensino Médio (%)

Localidade	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Abaetetuba	43,1	41,5	40,2	39,2	36,4	34,8	36,7
Acará	66,4	64,2	63,8	63,4	63,9	59,9	58,3
Barcarena	56,2	54	54,4	56,3	55,1	53,5	51,5
Igarapé-Miri	53,3	53,2	50	53	50,7	48,5	45,7
Moju	69,2	66,6	64,4	61,8	59,8	59	54,6
Tomé-Açu	66,7	65	63,5	58,1	52,9	51,2	48,7

Fonte: Observatório da Criança e do Adolescente (FUNDAÇÃO ABRINQ, [20--], on-line).

O município de Acará segue a mesma dinâmica, iniciando o ano de 2015 com a taxa de 66,4%. No ano de 2020, atinge a marca de 59,9% e diminui relativamente o percentual para 58,3% no ano de 2021, o que revela uma certa lentidão no alcance dos objetivos a esse respeito.

Em Barcarena, houve oscilação nos dados, pois se tem 56,2% da taxa de distorção idade-série no ano de 2015, a qual diminuiu no ano seguinte, 2016, e cresceu no ano de 2017, chegando a 54,4%. A maior taxa aparece no ano de 2018, com 56,3%, e a menor, no ano 2021, com 51,5%. No período dos sete anos analisados, o referido município não conseguiu reduzir 1% a cada ano, evidenciado a carência de efetivação de políticas para o Ensino Médio.

Já em Igarapé-Miri, houve ao longo dos anos apenas a decaída dos números, que foram de 53,3%, no ano de 2015, para 45,7%, em 2021, mas sem expressividade nessa redução, de modo que chegasse a mais de 1% ao ano. Além disso, todos os outros municípios, como Moju e Tomé-Açu, tiveram ao longo dos anos a diminuição das suas taxas de distorção, se compararmos o ano de 2021 ao de 2015, o que aponta para um relevante avanço nesse aspecto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração do presente artigo nos permitiu realizar uma reflexão significativa sobre a atuação governamental no âmbito de educação e políticas educacionais voltadas para o Ensino Médio. Dessa forma, percebemos as mudanças das políticas educacionais entre 2015 e 2021 devido à troca de gestão estadual nesse período, além de consolidarmos o conhecimento sobre os dados da última etapa da Educação Básica.

Nesse sentido, a pesquisa possibilitou analisar os dados educacionais do Ensino Médio na região do Baixo Tocantins e Vale do Acará, especificamente nos municípios de Abaetetuba, Acará, Barcarena, Igarapé-Miri, Moju e Tomé-Açu. Conforme a análise dos dados, foi possível perceber que os municípios encontraram certa dificuldade no cumprimento da Meta 3 do PNE, isto é, no aumento

da taxa de matrículas nessa etapa de ensino. Da mesma forma, distanciaram-se da diminuição das taxas de abandono e distorção idade-ano, que permaneceram elevadas, embora venham melhorando com a redução ao longo dos anos de 2015-2021. O cenário, porém, progride de forma excessivamente lenta, o que revela que a mediação das políticas precisa ser mais consistente para impactar de forma mais efetiva esses territórios.

Nesse contexto, é importante ressaltar os desafios enfrentados pela educação a partir das consequências da pandemia da Covid-19, a qual afetou significativamente o espaço escolar. Desse modo, há a necessidade de realizar pesquisas mais aprofundadas nas escolas dos municípios estudados, com o objetivo de averiguar como as políticas educacionais de formação vêm sendo implementadas, a exemplo do Novo Ensino Médio, proposto pela lei nº 13.415-2017 (Brasil, 2017).

A partir do referencial teórico utilizado, foi identificado que os conceitos de filantropia, protelação, fragmentação e improvisação se materializam na realidade da escola pública de Ensino Médio desses territórios do Pará. Isso, porque alguns dos municípios que avançam em um certo aspecto não acompanham o mesmo ritmo em outro(s), o que acaba por revelar um descompasso na gestão da política e em sua materialização naqueles locais com realidades similares, como nos próprios municípios em tela.

Por fim, constatamos que, diante da realidade dos territórios analisados e a partir dos dados consultados, tanto o papel da política educacional quanto da escola de Ensino Médio não vem sendo efetivado nesse espaço, de modo que os alunos não são atraídos e não têm sua permanência fomentada. Não bastasse esse aspecto, as taxas de distorção idade-ano ainda são altas, indicando descompromisso por parte do poder público para superar o histórico modelo fragmentado e improvisado de política educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <https://tinyurl.com/mrxrpdpp>. Acesso em: 16 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: <https://tinyurl.com/2udk23f2>. Acesso em: 4 dez 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: <https://tinyurl.com/3p463t2w>. Acesso em: 4 dez 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: <https://tinyurl.com/4r4p2bds>. Acesso em: 4 dez 2022.

BRASIL. Ministério da Educação **Base Nacional Comum Curricular:** educação é a base. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2019:** notas estatísticas. Brasília: INEP. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/54yj6yue>. Acesso em: 26 abr. 2019.

FUNDAÇÃO ABRINQ. Observatório da Criança e do Adolescente [Homepage]. **Observatório da Criança e do Adolescente**, [on-line], [20--]. Disponível em: <https://tinyurl.com/mr6cpvzw>. Acesso em: 3 ago. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 9-30.

NASCIMENTO, Afonso Welliton de Sousa. **Política de Ensino Médio, formação e prática social: o caso do Município de Abaetetuba**. 2015. 291 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

NASCIMENTO, Afonso Welliton de Sousa; RIBEIRO, Edinéa Bandeira. Estado e Políticas educacionais: Educação, organização e movimentos sociais na Amazônia em cidades com características agrárias. **Margens**, Abaetetuba, v. 9, n. 13, p.169-181, dez. 2015.

PARÁ. **Constituição Estadual de 5 de outubro de 1989**. Belém: Assembleia Legislativa do Pará, 1989.

PARÁ. **Mensagem do Governo do Pará à Assembleia Legislativa:** Simão Robison Oliveira Jatene. Belém: Secretaria de Estado de Planejamento, 2016.

PARÁ. **Mensagem do Governo do Pará à Assembleia Legislativa:** Simão Robison Oliveira Jatene. Belém: Secretaria de Estado de Planejamento, 2017.

PEREIRA, Maria do Socorro Vasconcelos. **O controle social do Observatório Social de Abaetetuba na gestão pública da educação municipal**. 2020. 235 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

RATTNER, Henrique (Org.). **Brasil no limiar do século XXI**: Alternativas para a Construção de uma Sociedade Sustentável. São Paulo: EDUSP, 2000.

SANTOS, Émina Marcia Nery dos. A EJA ofertada pelas Comunidades Eclesiais de Base na Amazônia e o processo de resistência cultural em Paulo Freire. **Revista Cocar**, Belém, v. 11, n. esp., p. 1-18, 2022.

SAVIANI, Dermeval. Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formas de resistência. **Roteiro**, Joaçaba, v. 45, p. 1-18, jan./dez. 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VALE, Cassio. **A educação como negócio social na Amazônia brasileira**. 2022. 199 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2022.

VALE, Cassio; SANTOS, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos. A mercantilização do Ensino Médio paraense. **Tear: Revista de Educação Ciência e Tecnologia**, Canoas, v. 11, n. 2, p. 1-16, 2022.